

O PEA-BC e suas ações junto aos grupos vulneráveis

Mônica Armond Serrão - CGPEG/IBAMA



Educação Ambiental no Licenciamento

Obrigatoriedade legal

- Lei n° 6938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente) – "educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente".
- Lei n° 9795/99 (Política Nacional de Educação Ambiental) e Decreto-lei n° 4281/2002: "deverão ser mantidos e implementados programas de educação ambiental integrados às atividades de licenciamento e revisão de atividades efetivas ou potencialmente poluidoras".

Proposta do IBAMA para a Educação Ambiental

Elaborada no IBAMA, nos anos 90, e, atualmente, praticada pela CGPEG/IBAMA, considerando o espaço da gestão ambiental pública como ponto de partida para a organização de processos de ensino-aprendizagem, construídos com os sujeitos neles envolvidos.



Proposta do IBAMA para a Educação Ambiental

Estado

Acesso e recursos naturais recursos naturais

Manufenção difeitos

Empresas

Grupos sociais vulneráveis



Proposta do IBAMA para a Educação Ambiental

Quando pensamos em educação no processo de gestão ambiental estamos desejando o controle social na elaboração e execução de políticas públicas, por meio da participação permanente dos cidadãos, principalmente de forma coletiva, na gestão do uso dos recursos ambientais e nas decisões que afetam a qualidade do meio ambiente. (Quintas, 2002:9).

Proposta do IBAMA para a Educação Ambiental

A educação ambiental, nessa perspectiva, é a oportunidade para o **Estado politizar o debate** ambiental, propiciando que os atores sociais envolvidos nos processos pedagógicos percebam as **contradições da realidade vivida, as situações de desigualdade, de vulnerabilidade e de risco.**



Proposta do IBAMA para a Educação Ambiental

Fazer educação ambiental com compromisso social significa reestruturar a compreensão de educação ambiental para estabelecer a conexão entre justiça ambiental, desigualdade e transformação social. (Layrargues, 2009:27)



Proposta do IBAMA para a Educação Ambiental

Trabalhar com processos pedagógicos voltados para os grupos sociais em condições de risco vulnerabilidade ambiental permite uma abordagem educativa — contextualizadora, complexa e crítica, auxiliando-os na sua **instrumentalização** para a defesa de seus direitos e interesses, motivando-os a reagir e a participar como sujeitos políticos, da gestão ambiental pública. (Layrargues , 2009:27)

Proposta do IBAMA para a Educação Ambiental

IBAMA exige das empresas desde 2010 (NT 001/10):

- Projetos voltados aos grupos sociais vulneráveis e impactados pelas atividades de petróleo e gás – comunidades de pesca artesanal;
- Ações educativas com abordagem nos riscos e impactos socioambientais resultantes das atividades licenciadas;
- Abordagem participativa desde o início do projeto;
- Projetos baseados na realidade socioambiental vivida;

Proposta do IBAMA para a Educação Ambiental

- Processo educativo não-formal, alinhado à Pedagogia da Educação Popular / EA crítica.
- Projeto de longo prazo, que deve ser implementado durante toda a vida útil do empreendimento de produção.
- Principal objetivo do PEA promoção da organização dos grupos sociais vulneráveis para que eles possam participar e intervir, de forma coletiva e qualificada, na gestão ambiental de seu território e no controle social das politicas publicas.

O PEA-BC

Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos

É uma medida mitigadora do licenciamento ambiental federal e foi instituído pelo IBAMA em 2010, por meio da Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA 001/10. Ele tem como objetivo articular os projetos de Educação Ambiental, de empresas que atuam na indústria marítima de petróleo e gás na Bacia de Campos, voltados para os grupos sociais afetados pelos impactos socioambientais dos empreendimentos licenciados.

Portal do Programa:

http://www.pea-bc.ibp.org.br





Obrigada! monicaaserrao@gmail.com tel: (21) 30774270

